

A IMPRENSA.

ORGÃO DO PARTIDO LIBERAL?

A IMPRENSA, publicação semanal. Assinatura por anno 10.500 reis, por semestre 5.500 reis. Publicações de interesse particular — conforme o ajuste, devendo virem os autographos responsabilizados, sem o que não serão publicados: do mesmo modo as correspondências isentas de pagamento.

ANNO XXIII

TERESINA, — SABADO, 5 DE MAIO DE 1888

NUMERO 1019

A IMPRENSA

TERESINA, 4 DE MAIO DE 1888

S. Philomena.

No ante-penultimo numero d'este jornal, chamamos a atenção do exm. sr. dr. Viveiros de Castro para o acto immoral e altamente criminoso das autoridades d'aquella comarca, promotor público Clemente Vieira Soares e subdelegado de polícia Eugenio Alvarino de Sá, que friu e calmamente continuaram o espancamento de Ignaz Maria de Jezus, Joaquina Eufrásia de Jezus e Rita Maria de Jezus, mostroando-se, à tua prova, coniventes no referido delicto. O facto, que em si é bastante grave pelas circunstâncias de ser perpetrado no centro da propria villa e à noite, sofre de importância pelo esquecimento a que o têm entregado as referidas autoridades, conscientes de quo é d'elles a situação actual acharem-se (como elles mesmos confessam) acobertas com o manto da proteção dos sebos da época. As victimas depois de uma longa e penosissima viagem até esta capital fizeram suas queixas ao sr. dr. Viveiros de Castro, que parecendo ligar importância ao caso prometeu providenciar, assim de que o processo respectivo seguisse a marca regular, que lhe convem. Entretanto, quatorze longos dias são passados sem que s. exc. tenha tomado a menor providencia! Os criminosos, que são em parte pessoas bem collocadas por suas posições e fortunas, continuam a gozar o fruto dos seus crimes e a paz, de que são dotadas as consciencias elásticas. O crime, que teve lugar à 3 do mês passado e não à 9 como por engano saído em nosso noticiario, brevemente perderá os seus principaes vestigios, sendo assim favorecidos os criminosos e prejudicada a accão da justiça. A iracção de s. exc. já vai dando a entender que os delinqüentes são realmente protegidos e esse facto pode trazer graves consequencias para a causa publica, que não pode ter um promotor cumplice em crime tão revoltante como o que teve lugar em Santa Philomena.

Romualdo Ribeiro de Castro

tempo pedir providencias, que o caso exige, fazendo v. ex. remover, ou chamar à orbita dos seus deveres aqueles empregados que, pelo temor, afieção, ou contemplação, não podem, ou não sabem, cumprir com os deveres impostos ao cargo, do qual se servem elles para martyrisar a victimas, filha do odio e da prepotência dos mandões.

Os representantes, passão com verdade e singeleza a relatar o facto criminoso, para que v. exc. meditando n'ele, depois proceda como mandaria a justiça e a moralidade, que devem ser oapanhado dos governos honestos, que curão dos interesses e da causa dos seus concidadãos.

No dia 3 do corrente mês pelas 7 horas da tarde, estando pacificamente a 1.^a das representantes em sua casa, foi iropinada e bruscamente arrastada — à ordem do capitão Salomão do Amaral Britto e Moyses do Amaral Britto, pelos individuos — Marcos de tal, Edzebio de tal, e Benjamin, escravo que fora d'aquelle capitão, e, no meio da rua, o é face d'uma população pacifica, fora cruel e despiadadamente esbordada à catedral, e teria succumbido, se o 1.^a dos mandantes, horrorizado pel' a cena do sangue que à seu olhos se passava, não mandasse sustar aquelle acto de selvageria por elle aconselhado! E tanto era propósito de liberado assassinar — na que, no momento em que o capitão Salomão mandava parar o espancamento, talvez por julgar saciada a sua sede de sangue, o mandatário Marcos pensado pela conclusão de sua obra, dizia: «E' o que te vale: a ordem era para matar; mas, já que quem a deu a retira, conta-te como feliz!»

No acto de estar sendo esborrada a 1.^a das representantes, apareceu no lugar do conflito sua irmã Rita Maria de Jezus, que, por um dos sicarios, foi deitada por terra pela força das cacetadas que recebeu, para privá-la de prestar socorro à irmã que via semi-morta.

Logo — em seguida vendo duas filhas expostas à saúda dos canibais, corre em socorro a 2.^a das representantes — mãs das duas victimas; e diante d'esse acto do heroísmo — do qual só é capaz o amor maternal — que devia moderar o furor dos espancadores, serviu para ascender a sua ira, e, sem piedade, desfechou-lhe tremendas cacetadas, fai a resvalar, cair, e misturar o seu com o sangue de suas duas filhas!

A 2.^a das representantes caio sem sentidos, e aos gritos d'uma neta — de que tinha morto a infeliz mãe — se levantou a voz de 1.^a mandante, capitão Salomão — basta!

Foram as 3 victimas recolhidas à caza, todas feridas e ensanguentadas, restando-lhes apena um pouco de sono de vida; e por commiserção se procedeu à corpo de delicto, sendo declarados — graves os ferimentos, não obstante o que, nada mais se fez; tudo ficou paralisado, por que as autoridades policiais e o Promotor Público, não temem, não podem ter, força e coragem para proceder contra tão altos e importantes criminosos, dos quais todos elles dependem.

O que mais contrista, exm. sr. e causa justa indignação é saber-se que, muda e friamente, de braços cruzados, assistiram a esse acto de requintada perversidade o proprio subdelegado de Policia em exercicio Eugenio Alvarino de Sá, e o promotor público da comarca Clemente Vieira Soares — tão ignorante, como incapaz do cargo, que exerce.

E diante d'uma cena de sangue, não se commoverão, e ao contrario, o silencio de ambos, é indicio claro do que, sinão forão coniventes, previamente sabiam que se ia dar o facto criminoso, e vierão presencial o.

Os representantes, exm. sr., não confiando, como acima disserão, nas autoridades policiais, e menos no promotor público — joguete, nas mãos dos criminosos — tomarão a resolução de vir à presença de v. exc. pedir justiça, e implorar a sua caridade, afim de que não fique impune tão atroz delicto.

Conseguem que v. exc. fique esclarecido de que essas mesmas autoridades, de acordo com os ignorantes promotor público, e collector provincial Augusto Cesar, tentarão desrespeitar o dr. juiz de direito, a quem ameaçarão de embarras à força, em uma jangada, e polo fôra da comarca, visto como, diziam elles, a situação lhes é favorável, e nada sofrerão.

De quanto, pois, não serão elles capazes se tratando de pobres e inofensivas mulheres, victimas dos potentados, e que só tem como egide o direito e a justiça da sua causa, se forem amparadas pela moralidade do Governo de v. exc. de quem

E. Justica.

Theresina, 21 de Abril de 1888.

A rogo de minhas mãe e irmã — Ignaz Joaquina Maria de Jezus e Joaquina Eufrásia de Jezus.

Romualdo Ribeiro de Castro

Eleição da Parnahybá.

Abajo publicamos um bem elaborado escripto do nosso importante amigo tenebre coronel Luiz Antônio de Moraes Correia acerca da eleição de 31 de Janeiro, havida na cidade da Parnahybá.

O nosso referido amigo demonstra a societade que a ideia de fraude nessa eleição não passa d'uma pura invenção e que o procedimento dos membros da mesa respectiva foi o mais correcto possível.

Para esse escripto chamamos a atenção dos leitores e do poder competente, afim de que a justiça e a verdade triumphem contra a invenção e a farça, que pretendem levantar o colo.

FRAUDE ELEITORAL.

Com a chegada hoja do vapor G. Paraná, que viagem extraordinária, e pela leitura dos jornais «Estrela» e «Imprensa» de 2 e 3 de mês vigente, dos quais foi portador mesmo vapor, foi que five scienza de ter a incomparável «Epoca das épocas», jornal oficial d'esta província, ocupado se, do pleito eleitoral de 31 de Janeiro n'esta cidade, publicando o artigo editorial em seu numero de 23 de fevereiro p. lindo, sob o epígrafe — Fraude eleitoral. Procurai então ler aquele jornal, o que me deu bastante trabalho, por que não sendo seu assinante e sendo aqui tão limitado o numero destes, que dificilmente pode conseguir sua leitura. De tal editorial verifiquei que a redacção desse jornal foi num aeroporto illudita pelos seus amigos da seção centrista, basando uma acusação a mesa que presidiu os trabalhos eleitorais de 31 de Janeiro, nas palavras o «bras de ditos amigos». Os redactores da «Epoca», na faina de maliciar a minor humilha individualidade, que muitas e repetidas vezes tem sido victimas de seus apódes e injuriias e dos seus aliados d'esta cidade, não tiveram dúvida em lançar a conta dos dois distinatos conservadores que faziam parte da mesa eleitoral n'aquele pleito a co-participação da fraude, — da invenção de seus amigos, — desde que aquela mesa era presidida por mim e esses distinutos cavalheiros, não fizerao certo na procurada desculpa que os centristas dessa cidade tentaram implantar no auge dos chistes da capital, pela vergonhosa minoria em que se conheceram no dia da eleição! Ilesiginem-se porém os dois srs. conservadores da mesa, com essas inventivas, por que nem sempre a mentira muitas vezes repetidas produz uma verdade.

Não é pois no intuito de defenderme e aos meus companheiros de mesa, que escrevo estas linhas, porque graças à Deus nenhum

de nós tem necessidade de uma defesa, apesar de ser grave a acusação; mas como esta é por todos os lados que se quer encarar improcedente pela falta de provas, e saltar as vistos do quem dispõe da mais pequena partícula de bom senso, as infundadas arguições contidas no protesto *au generis* e postumo, não queremos apesar de tudo deixar passar desapercebidas semelhantes acusações e de dar scienza ao respeitável publico, cujo juizo acata da veracidade do facto alludido, para que mais uma vez fiquem conhecidos os meus agressores politicos e fique também provado de quanto são elles capazes, não se impondo que o odioso de tão graves acusações, recaia também sobre membros importantes do partido conservador, d'este que estes se achou fazendo parte de outro grupo e eram membros de uma mesa presidida por mim. Sei breve, porque a verdade não precisa de rodeios e nem os centristas d'aquele protesto d'esta exposição, pois tem scienza e conscientia dos factos ocorridos por terem sido d'elles testemunho ocular, visando com tal protesto, tão somente fazer-me uma acusação apesar de infundada, e justificarem-se perante o centro da capital, do fiasco vergonhoso que fizero no pleito de 31 de Janeiro.

O facto de deslizamento de alguns poucos votos do grupo centrista deu-se, mas da seguinte forma que em nada deshonra ao grupo que patrocinou a causa do candidato extra-chapa dr. G. de Rezende, e muito menos afecta a mesa que presidiu os trabalhos, visto como todo quanto se deu foi fora da urna. «Algumas eleitores, conservadores comprometeram-se com ar briosos os grupos votarem na chapa que lhe fornecessem; mas afinal combinaram com o grupo Rezende preferencia a sua chapa.

Não querendo porém desgostar ao chefe dos centristas e também candidato, o sr. Franklin Veras, por terem (alguns d'elles) contraído compromissos pecuniários com aquele candidato, combinando (essas algunes) em receber a cedula que tinham de depositar na urna da mão do chefe candidato, e na occasião que se approximava da mesa para votar, enquanto se verificava o título de eleitor que apresentava, fazia com um dos membros da mesa que era conservador do grupo Rezende, a troca da cedula recebida por outra que este lhe fornecia. Outros porem que não fizeram por esta forma a escamoteação, desempenharam-no perfeitamente a sua promessa de votarem na chapa Rezende, que logo após a conclusão da votação, enregaram a pessoas do grupo Rezende as cedulas que haviam recebido do candidato Veras, como prova de que haviam votado com as que aquelles lhe haviam fornecido.

O facto da troca de cedulas foi presenciado por muitos eleitores que se achavam próximos da mesa, e só não foi pelo sr. Veras por que se achava à grande distancia, mas isso não obste a que mesmo antes de findar-se a votação tivesse scienza do que estava ocorrendo tanto que, interrogando uns dos eleitores — Braz Alves de Souza — que com elle tinha compromissos pecuniários e que acabava de votar, e lhe denunciaram haver trocado a cedula, teve certeza da realidade do facto por que este eleitor o confessou publicamente, apenas desculpando-se não ter sido por seu gosto, e que elle bem não queria.

E não só entanto, os srs. centristas, da Parnahybá, sábentes e conscientes destes factos que tem o arrojo de declarar no seu protesto dissidente, que a mesa deixou de apurar votos que foram dados a seis amigos — eis aí meus companheiros de mesa lhes perdoamos, porque coitados, não sabem o que dizem.

Esse processo de troca de cedulas, é a que muito conhecido e seduz e posto em prática na 1.^a eleição a que procedeu pôr sistema directo, por uns que hoje se dizem dos conservadores centristas, o fucturo Inspector Alfandega Egídio Motta, que recebendo a cedula do candidato dr. Basson seu só e protector, substituiu-a por outra do candidato dr. Pires Ferreira! E foi tão infeliz, que inconscientemente deu-se peia manobra, e de depois o confessou chorando, a seu tio, pedindo-lhe mil desculpas! Não deviam pôr estranhar os centristas, que os rezenditas, tão a propósito, tivessem aproveitado a cedula, teve certeza da realidade do facto por que este eleitor o confessou publicamente, apenas desculpando-se não ter sido por seu gosto, e que elle bem não queria.

E não só entanto, os srs. centristas,

do Parnahybá, chamaram — fraude, esse procedimento da justa apuradora? Parece-me que não. N'aqueles tempos fizera grande celeuma por esse facto e eu, o distinuto juiz de direito comarca dr. Firmino Martins, que por dente não presidiu o setor da apuração, e o dr. Batelio de Andrade então juiz municipal que o presidia; fomos arrastados pela rua d'amargura nas colunas da «Epoca», dando-se-nos a autoria da falta da justa apuradora, empregando-se-nos o procedimento de bater molde violado! & & &. Esta acusação é somente digna de seus inventores. — Para prova de não haver possibilidade ao menos desse procedimento da nossa parte, bastaria saber-se como ficou provado perante a justa, que aquella authentică veio registrada no correio, eja malha conduzido um vapor chegado aqui as 8 horas da manhã do dia em que se procedeu a apuração e em cujo vapor veio o juiz de paz presidente da mesa eleitoral d'aquele villa, o qual examinou a authentică e reconheceu que ella lhe havia sido violada.

Agora mesmo, no dia 10 de fevereiro passado por occasião da apuração da eleição provincial d'este distrito, deu-se um fato

A IMPRENSA:

quasi identico, com a authenticas da Marvão, na qual faltando mencionar o numero de votos que ali obteve o candidato liberal capitão Joaquim José Avellino, ficou este apenas com uma maioria de 2 votos sobre o candidato conservador tenente Epaminondas Castilho Branco. Quando se petou essa falta d'authentica e antes mesmo de concluir a apuração das demais, quando não se podia saber ao certo se apesar d' aquela falta teria o sr. capitão Avellino maioria sobre o seu adversario, foi interrogado pelo membro da junta tenente-coronel Silviano Fontenelles é pelo proprio Epaminondas que também era membro d'ella, qual era a minha opinião no caso de resultar a apuração em sentido contrario (por aquela falta) do sabido por dados particulares? Muito francamente expedi a minha humilde opinião, sustentando o meu modo de entender a lei como já o havia feito n' aquela apuração geral, isto é, que devião ser expedidos os diplomas aos candidatos que tivessem maioria pelo resultado da apuração, não se fazendo com isso injustica a ningnem, visto como os preceitos da lei erão cumpridos, e que o engano da authentica seria sancionado pelo poder competente em occasião opportuna. Felizmente não se realizou a hypothese figurada porque como já disse, apesar d' essa falta, resultou da apuração fico o candidato Avellino com a maioria de 2 votos.

Mas, se o resultado fosse negativo, perdia esse candidato o direito de ser deputado reconhecido pela Assembleia provincial? Ninguém o dirá. Haveria fraude na authentica de Marvão, ars. do centro da Epoca? 'Basta.

Parnahá, 17 de Março de 1888.

Luis Antonio de Moraes Correa.

O projecto de abolição.

Em suas edições de 4 e 5 do corrente a «Gazeta de Notícias», da corte, refere o seguinte:

Um telegramma do nosso correspondente de S. Paulo deu há poucos dias a notícia de que o sr. conselheiro Antonio Prado estava elaborando o projecto de abolição do elemento servil.

Hontem, os nossos illustres collegas da «Provincia», tiveram a gentileza de nos comunicar telegraphicamente que publicavam o projecto. A autoridade de nosso collega, dirigido pelo criterio do eminentíssimo jornalista dr. Rangel Pestana, dá poderosas garantias quanto à procedencia dos lineamentos do projecto, e a sua publicidade faz honra à reportagem do jornal paulista.

O art. 1º da nova lei consagrará o princípio da libertação imediata e total.

Os libertos (pois em virtude desta disposição não haverá mais escravos), como dissemos, ficarão sujeitos a prestação de serviços por mais três meses, aos ex-senhores, vencendo salários estipulados na lei. Fora deste prazo, o liberto contratará com quem lhe convier o seu serviço, cujo salário terá um único regulador, a lei econômica da oferta e da procura.

Durante dois annos o liberto será obrigatoriamente localizado no município de sua residência e será também obrigado a mostrar que tem ocupação certa.

Esta parte da lei providenciaria sobre a regulamentação simultanea da vadiagem e vagabundagem, já de algum modo prevista nas leis anteriores.

E assim que a infracção destes preceitos da nova lei, referentes ao trabalho, será punida com 8 dias de prisão e 30 nas reincidências com trabalhos nas obras públicas.

Os ingenuos ficaram desde logo isentos de prestação de serviços e entrão no regime commun da legislação civil.

Taes são as idéas que o illustre sr. Antonio Prado julga poder levar ao parlamento com a responsabilidade do seu nome e com os sérios compromissos que tomou para com o paiz e a collectividade política de que faz parte o ministerio.

Sabemos que s. exc. pensa que, com as modificações possíveis e determinadas pelos debates nas duas camaras, um projecto assim concebido tornar-se-há lei.

Em todo o caso, a idéa da libertação imediata e total, já aceita pela grande maioria nacional, está adoptada pelo ministerio que fará questão de gabinete, se preciso for, para lhe dar vitória.

Sobre os outros topicos do projeto, comprehende-se que o governo possa ceder nos pontos secundarios, ao ouvir a voz do parlamento e os

conselhos da experiência e das necessidades das diversas regiões do império; mas ainda assim devemos presuir que pouco seja modificado o plano da reforma.

O prazo de tres meses de prestação obrigatoria de serviços aos ex-senhores exprime uma transacção que, podendo ter grande influencia na cecina, não altera em fundo a afirmação da idéa capital do projecto.

Eis o que a nossa reportagem provinciana ponde colher em referencia ao magno assumpto do dia.

Parece que o projecto não compromete a opinião dos mais adiantados, como a do sr. Conselheiro Antonio Prado, e consilia, no terreno das reformas, a dos que não o tenham acompanhado.

Traduz significativamente as ideias dos dois illustres chefes conservadores apresentados pela opinião publica para substituirem o sr. Cotelipe, os srs. João Alfredo e A. Prado.

Temos, pois, como certo, que essas idéas de facto entram no projecto que, com ligeiras modificações, serão consagradas em a lei nova.

Pela nossa parte, reservando-nos o direito de criticar e combater alguns detalhes que não podemos com antecedencia conhecer, recebemos com aplausos as disposições gerais do projecto, que será apresentado ao parlamento em Maio, logo nas primeiras sessões.

Pela Gazeta de Notícias teve honrem o publico conhecimento das bases do projecto elaborado pelo sr. conselheiro Antonio Prado sobre a abolição do elemento servil.

Hoje transcrevemos o que relativamente a esse projecto dizem alguns jornaes da província.

A Gazeta de Campinas, em noticia, diz o seguinte:

Damos hoje em o nosso editorial a summa do programma do governo, com relação á extinção da escravidão.

Podemos asseverar aos nossos leitores que estamos perfeitamente informados do que pretende o governo, e que a nossa fonte é a mais pura e competente.

Folgamos muito em tranquillizar a opinião publica, que incontestavelmente deseja a immediata e incondicional emancipação dos escravos do Brazil.

O ministerio 10 de Março vai resolver a questão nas bases apontadas no nosso editorial. Foi incumbido de elaborar o projecto o illustre paulista conselheiro Antonio Prado.

De S. Paulo é que vai a loz... Chamamos pois, a atenção dos leitores para o nosso editorial de hoje.

Desse editorial, para o qual com justiça o collega chama a atenção do publico, extraímos o seguinte:

Sem embargo de não privarmos com a alta governamental do paiz, podemos asseverar que o ministerio actual investiu o illustre senador Prado do difícil, mas honesto, cargo de organizar o projecto sobre o elemento servil, que na proxima sessão legislativa tem de ser submetido ao exame e discussão das camaras brasileiras.

Sabemos que o projecto consagrará: 1º, o princípio da libertação imediata e total dos actuais captivos, fazendo o governo questão de gabinete d'esse ponto essencial do seu programma; 2º, que os libertos ficarão obrigados á prestação de serviços pelo prazo de tres meses, vencendo salários, que serão taxados por lei; 3º, que elles ficarão ainda obrigatoriamente localizados, por dous annos, no município de sua residência, e sujeitos a trabalho, incorrendo na pena de prisão de seis dias a trinta nas reincidências, prestados nas obras públicas, se der-se a infracção d'aquele preceito legal.

O Correio Paulistano, dirigido pelo sr. conselheiro Prado, transcreve a parte final do editorial, de cuja publicação nos deram aviso telegráfico os nossos collegas da Provincia precedendo-a das seguintes palavras:

A Provincia, tratando do ministerio e da abolição, analisa o que lhe parece dever ser o programma do governo, a respeito do elemento escravo.

E expondo tudo quanto, sobre o magno assumpto do dia, pôde colher a sua reportagem provinciana.

Depois da transcrição diz o seguinte:

Está, portanto, A Provincia, por sua vez, na expectativa sympathica, diante do ministerio do sr. João Alfredo.

O mesmo Correio Paulistano diz ainda o seguinte:

O illustre collega da Gazeta de Campinas, insuscito em seu radicalismo politico, expressa-se, em seu ultimo numero, do seguinte modo, em relação ao mesmo assumpto:

Pelo menos o governo, dentro dos moldes errados do actual regimen politico do imperio, tenta em bôa fé preestabelecer as formulas legaes que reputa effizazes para fomentar a reorganização d'aquele serviço.

Ao nosso grande compatriota e ao mesmo tempo nosso adversario conselheiro Prado, a quem se deve imputar principalmente a gloriosa autoria da reforma, não recusamos o tributo do nosso expresso reconhecimento, pela grande obra de patriotismo que vai levar a tão almejado termo.

Portanto, é esta a circunstancia importante, o Correio Paulistano, dirigido pelo sr. conselheiro Prado, fez referencias sem contestação aos editorias dos outros dous collegas, transcrevendo-os em parte:

A conferencia de hontem.

Realizou-se hontem, á noite, no theatro Santa Izabel, a conferencia anunciada pelo sr. dr. Joaquim Nabuco, afim de expor a sua conducta politica deante do actual gabinete.

Quando o illustre orador apareceu na tribuna, á hora marcada, já o theatro se achava completamente cheio.

Não menos de 4,000 pessoas de todos os credos politicos, ali estavam reunidas, distinguindo-se nesse numero cerca de 500 senhoras.

Recebido com grandes aclamações, o deputado pelo 1º distrito desta província foi ovado com grande atençao, merecendo as suas palavras geral assentimento.

Ao deixar a tribuna, que ocupou durante 1 hora, foi s. exc. applaudido com extraordinario entusiasmo, sendo vivamente acclamado pelo auditorio.

A conferencia de hontem foi talvez a mais imponente das que tem realizado nesta província o sr. dr. Joaquim Nabuco.

Eis o resumo do seu discurso:

O sr. dr. Joaquim Nabuco, depois de dizer que a sua presença n' aquelle theatro mostrava que finalmente estava levantado o interdicto da escravidão que pesava sobre a tribuna popular, entrou no exame da posição do partido abolicionista perante o actual ministerio. Disse que a nova situação foi criada pela Princesa Imperial e não pelo partido conservador que só podia aceitar o poder com a condição de abolir a escravidão ou de passá-la aos liberaes. Combateu a idéa de que os conservadores não possam fazer a abolição, a qual não tem dono.

Em todo o caso não são os abolicionistas que se queixão da usurpação, são os que combatiam juntamente com os conservadores. Abundou na idéa de que era vantajoso ser feita a abolição pelos conservadores que assim assignavam o auto de corpo de delito do seu procedimento passado.

A abolição tira ao partido conservador o seu mais forte elemento no paiz — o feudalismo escravista. A lei não dá prestigio ao partido conservador igual ao que a propaganda deu aos abolicionistas, nem ao que o recente acto imperial deu á Princesa, nem ao que o sacrificio de 1884 deu ao partido liberal. A obrigação é

salvar os escravos que não são liberaes nem conservadores e não fazem questão de quem sejam os seus salvadores.

Si o ministerio apresentar um programma de abolição immediata e incondicional, votando contra elle antes da lei, os liberaes estariam atrindo durante a batalla sobre sua propria bandeira. As novas eleições devem ser feitas em outro terreno.

Apojando o ministerio si elle proponer a abolição immediata incondicional, e combatendo-o si elle por qualquer expediente ou transacção partidaria não for até aquele limite da exigencia nacional, o orador acrediava representar o sentimento unanime da província.

O sr. dr. Joaquim Nabuco lamentou tambem que Pernambuco venha a ser uma das províncias libertadas por lei em vez de pertencer ao numero das que se libertaram por si mesmas.

Si o partido conservador é quem faz as reformas liberaes, isto acontece por ser elle um partido egoista que especula sempre no começo de uma reforma com os interesses que ella offende e os desgostos que ella crea. Ele só dá o seu apoio ás idéas nobres com a condição de ser elle quem as realize, isto é, exige sempre a paga de poder, quando os liberaes as apoiam não só com desinteresse, mas até com sacrifício proprio. Quando o paiz se convencer disto, a resistencia conservadora ás reformas liberaes não inspirará mais confiança alguma aos prejuicados.

Perder o partido conservador a confiança da propriedade territorial é um grande alívio para o liberalismo, e que proprietario acreditará mais na sinceridade dos conservadores, depois de fazerem elles a abolição sem indemnização á vista de tudo o que elles disseram!

A nova lei lembra ao orador uma igreja que elle viu perto de Roma onde estão os pinhaes entregues pelos bandidos arrependidos: é o partido conservador que vem depor na igreja abolicionista os ajoés com que torturava os escravos e as calumnias com que perseguia a propaganda. Um companheiro de lutas do orador, o sr. Patrocínio, acredita que o sr. João Alfredo sempre foi um abolicionista de coração apenas amedrontado pela cabeça de Medusa do sr. Paulino. O diabo não é tão feio como se pinta, e o sr. João Alfredo para seus filhos pintou o sr. Paulino feio de mais.

O orador não crê nesse João Alfredo dos ultimos nove annos, sofrendo de abolicionismo represado e com a nostalgia intima da barcaça do sr. João R. mos. Crê, porém, na conversão do homem politico perante a marcha ineluctável do movimento e aplaudindo o papel que assumiu e que estima ver entregue a um pernambucano. Os escravos são prisioneiros que o partido liberal se propôs salvar, mas entre elles e a cittadella em que elles estão acorrentados ha o risco caudioso da dissolução.

O que o partido deve fazer é auxiliar o motim que se deu entre os sitiados.

Depois de livres os prisioneiros, nossos irmãos, a democracia liberal saberá conquistar o territorio das mãos dos revoltosos.

Despedindo se do auditorio o orador disse que esperava que á sua volta essa preliminar da honra nacional, a abolição, estivesse resolvida para se poder começar seriamente a obra da federação; de forma que o anno de 1888 que promete ser o verdadeiro 1822 dos escravos fosse também um novo 1817 da patria Pernambucana.

(Da Provincia.)

Banquete

O Club Beethoven ofereceu no dia 24 do passado um banquete ao seu presidente o sr. Conselheiro Antonio Ferreira Viana, ministro da justiça, pela sua elevação á alta administração do Estado.

Sentaram-se á mesa 58 convivas, membros do club e representantes da imprensa da corte.

Presidiu ao festim o sr. Conselheiro João Alfredo, presidente do conselho, que teve á sua direita o sr. Conselheiro Ferreira Viana e á esquerda o sr. Roberto Benjamin, presidente do club. Ao lado desses cavalheiros sentaram-se os srs. Ministro da Agricultura, barão de Paranapiacaba, conselheiro Thomaz Alves, dr. Custodio Fontes e Machado de Assis.

O banquete, segundo dizem os jornaes, foi longo e profusamente servido.

ao dessert o sr. Roberto Benjamin, como presidente da sociedade, ergueu em nome della um brinde ao sr. Conselheiro Ferreira Viana, ao illustre brasileiro que tanto tem contribuido para a prosperidade do club; ao espírito cheio de entusiasmos maiores nobres pelas mais nobres causas.

O sr. Conselheiro Ferreira Viana, ministro da justiça, disse que essa festa exprimia bem os sentimentos dos seus companheiros do Club Beethoven e que muito se sentia honrado por elas.

Em verdade, de todas as instituições, de que faz parte, a nenhum entregou seu coração como a esta, porque comprehende que não ha assumpto mais proprio para reposo dos homens da letras do que o cultivo da musica, arte que empresta forma a cada pensamento, modalidade a cada sentimento.

Além desse nobilissimo fim, o Club concentra a essencia dos homens de fina educação, da sociedade de primeira ordem. E a sua maior satisfação é ter sido escolhido presidente, e pelo feito por que d' elle se despediu. Este testemunho de apreço ficará indelevel no seu espírito.

E reconhecido e outra maior prova não poderia dar da sua gratidão do que affirmando que, em qualquer lugar, em qualquer posição em que se ache, considerar-se-ha presidente do Club, até que tenha de depôr o mandado em mãos mais habeis.

As razões que o determinaram a sair de seu retiro das bellas artes e provocaram a abandonar a melhor nutrição do seu espírito, indo bater á portas mais afastadas das suas cogitações, são de publica notoriedade.

Não podia dizer: — Não — ao nobre presidente do conselho quando o convidava a concorrer para restaurar o imperio da lei, a restabelecer a ordem e a suffocar a anarchia em sua manifestação a mais vil. Dava-se um ultraje á cidade por individuos sem orientação e sem ideal.

Era de seu dever secundar o presidente do conselho fosse elle quem fosse, por isso que se tratava de restabelecer a ordem com a liberdade, o governo na inteireza da sua honra e dignidade. Deputado do município neutro, era este o seu lugar.

Não sabe se faz bem, trocando o seu retiro pelas agitações do governo; não tem confiança plena nas suas forças e por isso teme que o presidente do conselho presumisse mais do que devia dos seus prestativos.

Espera entretanto poder desenrolhar-se do seu compromisso auxiliado por duas grandes forças: 1º a confiança dos bons; 2º o imperio da lei.

Como é bello! exclama o orador, ha aqui homens de todas as crenças politicas, adversarios de hontem; hoje como que unidos n' um pensamento comun. Quem nos dá esta força? De onde vem ella? De nós? Não! Do poder? Não! Da autoridade tão transitória como o ministerio? Tampouco não.

O ministerio é forte, porque se inspira na humanidade, porque o seu intuito é nobilitar o trabalho, reconstruir pela lei a igualdade nas condições em que ella saiu das mãos do Criador; finalmente restituir o verdadeiro carácter á liberdade, á segurança e á propriedade.

Não sabe se podsm ou não leyanter critica ao governo do nobre presidente do conselho; e que affirma é que esse governo quer viver da opinião nacional e acompanha-lhe os impulsos.

O ministerio, presidido pelo sr. João Alfredo, quer trabalhar na causa comum, realizar a aspiração de todos e, para desempenhar-se está pronto a todos os esforços e a todos os sacrifícios. Pede, portanto, a cooperação de todos que desejam o engrandecimento da pátria.

Adiemos as nossas paixões e as nossas dissensões para depois d'essa evolução social, reclamada por todos, e mais tarde regularissemos os partidos com idéias políticas em conformidade com as instituições, livres que temos.

O ministerio deseja e ha de provar que esta é a sua vontade: restaurar o que for bom e estiver enfraquecido, renovar o que o abuso houver estragado, inovar o que for omisso na legislação ou incompatível com as necessidades.

Na ordem mais elevada do seu pensamento, tem como resolução reparar as injustiças, restabelecer os direitos violados, acolher as enfermidades sociais e dar remedio aos males que venham da lei ou da sua má aplicação.

Está convencido de que o ministerio não faltará ao seu *disideratum*: Parece-lhe que chegou o tempo em que já não se pode adiar; o movimento não vai do ministerio para a opinião, vem da opinião para o ministerio; é a nação que quer, é o ministerio que segue.

Julgando o passado pelo presente, à luz viva do coração humano, pôde asseverar que seria mais fácil aos opprimidos esquecerem tres séculos de agonia do que apagar-se na nossa consciencia o vestígio dos remorsos que devemos ter d'esse passado.

Está certo de que foi a paciencia e resignação dos oprimidos que não tinham senão Deus como consolação a força que venceu a indiferença dos senhores triumphantes desde a fundação do Imperio.

Está finalmente certo de que este movimento, que devido principalmente à resignação do escravo, ha de terminar pela reconciliação de todos, vencidos e vencedores, sob o estandarte de Jesus Christo e da confraternidade humana.

O sr. Cyro de Azevedo dá parabens ao sr. Ferreira Vianna por fazer parte de um governo que autoriza manifestações frankas da opinião.

Os srs. Fernando Mendes, Miguel de Pino, Siminbú Junior e dr. Barros, brindam ao sr. Ferreira Vianna e ao ministerio, a que o ultimo denominou o gabinete da esperança.

O dr. Souza Ferreira, respondeu ao brinde levantado á imprensa pelo sr. dr. Carlos França, brinda ao sr. Ferreira Vianna como a expressão viva da força da imprensa. O ministro de hoje é a afirmação do jornalista de hontem.

O sr. conselheiro Thomaz Alves brinda ao sr. conselheiro João Alfredo, que aproveita no governo os raros meritos de Ferreira Vianna.

O sr. Cyro de Azevedo recorda que ainda há bem pouco tempo era obra infame aquilo que é hoje um título de gloria: trabalhar pela redempção dos captivos.

Se o governo se declara francamente abolicionista, se vem propor a abolição da escravatura, é porque lhe preparam o terreno; brinda, pois, ao sr. José do Patrocínio, como iniciador de todo esse movimento.

O sr. José do Patrocínio responde ao brinde do sr. Cyro de Azevedo, agradecendo ter-lhe dado mais do que devia, pedindo que, se se alguma cousa fez em prol d'essa idéa, a gratidão dos seus contemporâneos se converta em confiança ao ministerio de 10 de Março. Brinda n'este ministerio o futuro de igualdade que se levanta sobre uma noite de trez séculos de agonia.

O sr. Roberto Benjamin brinda ao sr. ministro da agricultura.

O sr. presidente bebe à saúde de José do Patrocínio.

O sr. Roberto Benjamin propõe o brinde de honra, como vice-presidente do Clube, a S. M. o Imperador e S. Almeida a Regente.

(Da Província.)

LITERATURA

Como se passam agradavelmente 8 dias da vida.

VIAGEM AO N. DO PAIZ TERMINADA EM TERRAS DE ESSPAÑA.

(Continuação do n.º 917)

A cidade de Valença é uma aglomeração de casas geralmente antigas e miseráveis, tendo acesso por pequenas ruas tortuosas. Fora da praça e proximo da estação do caminho de ferro, baixo o passeio publico, gradeado e bem tratado, o que torna digno de ver-se. Nas excursões tanto dentro como fora da praça fomos guiados por um rapazito, que carregava com os nossos palitos e dava os esclarecimentos que sabia. As vistas que se desfrutam de diferentes pontos da praça são realmente recommendaveis. É um encanto ver d'aquella eminência a cidade de Toy, com a sua grande catedral, e muitas outras povoações e campos das duas margens do Minho. Pelas 7 horas 40^m da tarde seguimos de Valença para Viana do Castello onde chegamos às 9 horas da noite. Fomos alojar-nos no « Grande Hotel Central » na praça da Rainha, tomando um quarto com duas camas no primeiro andar, enquanto se arranjavam as camas fomos à feira, a mais notável de Viana e que tem lugar por occasião das festas a Senhora da Agonia. Má occasião para viajar com pressa, pois as musicas, os foguetes e os toques de sinos não deixam dormir. Como addicionamento a estes males tive dores de dentes; e portanto, a noite que passei em Viana, não obstante o bom alojamento, é para mim de más recordações. Na madrugada de quintasfeira (18) vimos a cidade, visitamos as igrejas, a da Senhora da Agonia, que não tem nada de notável, a não ser a torre, e algumas outras igrejas mais recomendáveis, em que admiramos alguns altares de boa escultura; passamos a lindissima ponte, estivemos no Castello que está colocado na extremidade de uma vasta planicie na qual se atma a feira, e que está muito limpo e arranjado. Ali fallei ao governador, oficial muito amavel, que não contente de acompanhar-me até a porta do castello, soube depois, por carta d'elle, ter-se dado ao incomodo de procurar-me por todos os bairros da cidade, com o fim de pagar-me a visita, que eu não fiz.

Vianna do Castello é cidade muito atraída e apresenta-se formosissima para o lado do Rio Lima, tem edificios muito notáveis por antigos e a vista dos seus arredores é magnifica. A subida do rio até Ponte de Lima dizem todos ser de encantar, o que eu creio firmemente em vista do que pude ver do meio da ponte.

No grande Hotel da Europa, o serviço, é muito bom, excellentemente comida e a ceia é o preço muito rascavel. Às 11 30^m da manhã seguimos de Viana para Braga, chegamos a Nine pela uma hora da tarde; ali passamos para o comboio de Braga, onde chegamos proximo das 2 horas. Atravessamos a cidade de Braga em americano, primeiramente tirado por cavalos e depois por uma máquina a vapor, sendo conduzidos por esta ao elevador do Bom Jesus, e depois ali ligados, como d'antes nos elevadores de Lisboa, pelo peso da agua.

Com estes melhoramentos ganhou muito a comodidade dos visitantes, mas perdem talvez um pouco a poesia das excursões dos curiosos e devotos ao Santuário do Bom Jesus. As capelas enfileiradas pela encosta da montanha, e as innumerous fontes e estatutas que a adornam, são agora examinadas descendo as muitas escadarias que conduzem até à entrada do Santuário na base da montanha, mesmo ao lado do elevador; e, assim, examina-se tudo pelo inverso: é uma historia que se comece a ler pela ultima pagina!

Do largo, onde termina superiormente o elevador e em que se acha situado o magnifico templo, ainda continuam as escadarias e as capellas

sobindo a serra, e comunicando depois com jardins magnificos, com um extensissimo lagô, cascatas, grutas, pontes rusticas, e, em si, com dezenas de lugares amenissimos, bem proprios para esquecer os trabalhos e misérias do mundo. D'este ponto já muito elevado da Serra e transpostos os deliciosos jardins, a que me referi, apresenta-se um magnifica estrada, que, contornando e subindo a montanha, conduz o viajante curioso, ao cabo de 2 kilometros de distancia, ao ponto mais elevado da Serra onde se encontra um outro Santuário, de data muito mais recente que o do Bom Jesus, elevado em honra da Virgem do Sameiro. A eminencia em que se acha a capella é cercada de um muro, tornando este lugar muito semelhante ao Monte proximo da Graca em Lisboa; e n'ella se admira a estatua da virgem, feita em pedra e que é de boa escultura. Ali fomos pelo declinar da tarde, depois de ter jantado bem no grande Hotel do Elevador, onde nos alojamos, e a hora, a amenidade do tempo, e as vistas surpreendentes, e muito variadas que nos fomos, fizeram que esti digressão fosse das mais agradaveis que fizemos e que só muito tarde será esquecida.

Na madrugada de sexta-feira 19, examinamos, descendendo, as capellas e outras obras d'arte que se encontram ao longo das duplas escadarias, vimos com prazer terem renovado já algumas das capellas, substituindo por figuras de boa escultura, as figuras antigas que fariam rir ainda os mais devotos visitantes; e bem assim parte das escadarias, e que estas obras de restauração proseguem com actividade. Vê se por isto o louvável zelo da administração do Santuário, que lhe procura rendimentos pagos com a melhor boa vontade, mas que também sabe dar-lhes uma boa applicação. N'esta digressão matutina visitamos de novo os jardins, bebemos da exellente agua das fontes, e fomos dar um sandoso adeus de despedida, a um dos pontos de vista mais bellos da montanha e que fica por detrás da ultima capella. (Continua.)

PUBLICAÇÕES A PEDIDO.

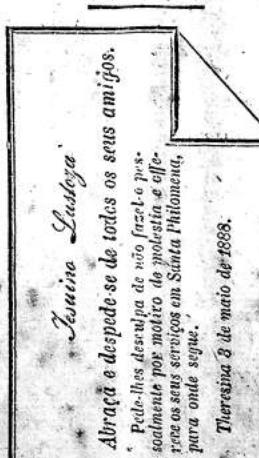
Em nome da lei.

Na qualidade de procurador do sr. major Raimundo Sinval de Vasconcelos, no processo por crime de injúrias verbais que move contra José Rodrigues da Cunha, venho exigir do sr. dr. Francisco de Souza Martins, juiz do feito, que dê sua sentença seja em que sentido for. Há dois ou três meses que os autos ficaram conclusos á s. s. e é intolerável não ter sido lavrada uma sentença que devia ser publicada na seguinte audiencia depois de terminado o processo. A lei é terminante e, como advogado, não posso consentir, sem um protesto, que os direitos dos meus constituintes sejam postergados pela in diferença ou falta de execução de qualquer juiz.

Isto posto, espero que o sr. dr. Souza Martins, na sua primeira audiencia, depois de passar uma vista d'olhos no art. 48 e sens §§ do reg. de 22 de Novembro de 1871, lavrará a pedida sentença.

Teresina, 3 de Maio de 1888.

C. Freitas.



Amarrante.

D'esta localidade, um missivista officioso, —avesso aos sentimentos da verdade, e, talvez, respingando pelos poros o *fortun da moeda falsa*, que os seus honrados maiores passarão negligientemente,—noticiando o roubo praticado no armazém do negociante Felix Dias, por alguns escravos de Gonçalves & Filhos, apresenta como autores, ou cúmplices, ás d'elos amigos, cujos nomes com tudo não teve o animo de declarar.

Em face da acusação tão torpe, quanto caluniosa não podemos deixar de explicando o drama infamemente urdiido, protestar contra uma imputação, que não pode atingir a nossos amigos, sobre os quais nuca pesou a prática de accão criminosa, ainda mesmo como a de *passadores de moeda falsa*, que tem feito tanta gente do pô erguer-se á uma altura, que longe estava de galgar.

—Os nossos amigos nunca figuraram na compra de objectos roubados pelos escravos; e se seus no mes foram involvidos occasionou isto a especulação e o ódio que vota a todo mundo—o bem conhecido *burro torto*, o ente mais pustuloso e nojento que se conhece.

—Dá-lo o facto, nunca foi elle atribuído á pessoa certa e determinada; isto é, que, por interesse aconselhasse a prática do acto criminoso, a esses escravos.

Descoberto o roubo e n'ella vendido o *burro torto* um meio de prejudicar a 'bôssos amigos, no seu lubrico e turvo espírito passou a ideia de, aproveitando-se da ignorância d'ons, e do temor de outros, prejudicar a reputação de cavalheiros distintos, que, sem offensa grave, não podem ser comparados com o asqueroso animal, a quem Deus aprovou assazear—furando um olho—para differencenq-o, e não ser confundido com os homens de bem. Assim foi que, insinuando a algumas testemunhas, obriugou-as a fazer referência, sem prova as pessadas dos nossos amigos.

E como prova basta ler-se a carta infra spontanea e francamente dirigida ao nosso preso amigo capitão Olímpio Ildefonso do Oliveira Lima, uma das victimas escolhidas parafigurar no negro drama que a perversidade preparou.

—Podemos garantir ao missivista e a «Epoca» que, não obstante a perseguição exercida contra os nossos melhores amigos desta localidade ainda não pode a voz da calunnia marear a reputação d'elles—expostos a moeda falsa, e que devião a bem da humanidade estar povoando a Ilha de Fernando de Noronha!

Não serão as investigadoras, e as calumnias assardadas por entes sem imputabilidade, que farão desmerecer o conceito de que gozão os nossos amigos entre os homens de bem.

Os ladrões, e os falsários, existem lá mesmo entre esses fidalgos, que habitão os palácios construidos com os falsos decretos do governo.

Convenção-se desta verdade.

Eis a carta:

* Amarante, 21 de Março de 1888.
— Illm.º sr. Tenente Olímpio Ildefonso do Oliveira Lima.—Tendo eu por mera ignorância, é na melhor boa fé comprado em 20 de fevereiro ultimo a 2 escravos de Gonçalves & Filhos, algumas mercadorias, verificou-se mais tarde após um roubo no armazém de Felix Dias; negociante desta cidade, que aquellas mercadorias tinham obtido os ditos escravos por meio de furto.

Então o delegado de polícia que procedeu o inquérito acerca do roubo feito no armazém, mandou me intimar para um auto de perguntas, havendo previamente Antonio Messias empregado da casa de Felix Dias, e outra pessoa, cujo nome não me recordo, insinuando-me como devia depor á seu talante, nada eu sofria pela compra de tales objectos, por quanto o seu fim era somente proceder contra os escravos, v. s. e outros.

Comparando perante o delegado declarci-lhe que de facto havia comprado algumas mercadorias aos escravos de Gonçalves & Filhos, depois de muito instarem comigo para tal compra. Nesta occasião estando perturbado e um tanto embriagado, e em vista da promessa que me fizera, acrescentei que os referidos escravos tinham me dito que ja haviam enriquecido a v. s. e a Justino Cunha, vendendo-lhes objectos furtados, e que agora desejavam fazer o mesmo comigo. Mas sendo isto uma falsidade que contra os dictames de minha consciencia commeti, visto como tal declaração não me fizeram os predictos escravos, apresso-me em dirigir esta a v. s. em abono da verdade e ao mesmo tempo pedindo perdão da fraquesa em que estive, arguindo á v. s. um facto imaginario, quando aliás sou o primeiro a considerar v. s. incapaz de practical-o.

Sirva, pois, esta de retratação ao quanto inconscientemente e por força das suggestões de terceiros avancei contra v. s. no auto de perguntas a que me submetterão, podendo v. s. usar da presente carta como lhe apropriar.—Sou com toda consideração De v. s. Atz.º ven.º e cr.º—João da Silva Ferraz.

Depois do que ahí fica dito, emudece a voz da calunia, e são derrocadas as arguições falsas—feitas aos nossos amigos, que, com a consciencia tranquilla, não temem a toda especie de *burro torto*.

Mais logo traremos do mesmo assumpto.

Veritas.

S. João do Piauhy.

Srs. redactores.—Hontem en indô em casa do 1.º tabellão publico deste termo, o nosso sympathetico funcionario alferes Diogenes Benicio de Sá, apresentou-se ali a rapariga da nome Fedronia, de 22 annos de idade, entregando ao dito tabellão, para ser lançada no livro de suas notas, a carta de sua liberdade concedida, sem onus e sem sojeição alguma, por seus senhores o capitão Raimundo de Souza Martins e d. Josuá Maria Nunes Martins, dignos professora publica desta villa, como se vê da copia que a esta acompanha:

O tabellão recebendo a referida carta procedeu ao respectivo lançamento, mostrando com a urbanidade de seu costume o seu contentamento, filho dos sentimentos do abolicionismo que impera em seu generoso coração.

A rapariga, como é natural, banhou-se logo no mar da satisfação, por ver, quando menos esperava, quebrados os grossos élos do captivério que lhe opprimia; si bem que detidas em mãos de senhores descendentes e amantes de seus escravos.

O capitão Souza Martins, pois, com sua virtuosa esposa, revelarão com effeito, nessa occasião, a filantropia mais pura e verdadeira de suas almas que, em verdade, não sabem cogitar no mal e só encarão a caridade e o bem servir aos seus semelhantes.

Actos desta ordem merecem a mais completa e continua imitação sendo que mais nobre se tornou quando depois de omitida, talvez propositalmente na carta, a causa que a motivou, soubermos sem rebuço que fora della movel principal a dedicação e o cuidado com que Fedronia criara como ama de leite o terceiro filhinho dos seus libertadores de nome Raimundo; recolhido ao seio de Deus desde o infante dia 7 de março de 1886.

A gratidão não mais se apagou nos corações dos desvelados pais, e, se tantos mezes forão decorridos sem a recompensa premeditada, semelhante demora, bem pensada, redundou sem dúvida em prot da libertada, que n'aquele tempo a na pouca idade não lhe dava o assentamento de que hoje pode dispor.

Eis a carta:

A IMPRENSA.

Nós, abaixo assinados, marido e mulher possuindo livre e desembargada a escrava Febronia, preta, de 22 annos incompletos de idade e solteira natural desta província matriculada na collectoria desta villa a aos 30 de outubro de 1886, sob os nrs. 54 da vigente matrícula geral, 1098 da matrícula anterior e à 1 da relação apresentada, que nos houve por compra ao tenente Zéferino José de Abreu Valadares, concedemos nesta data, sem onus e condição alguma, liberdade plena a dita escrava; da qual poderá gozar de hoje em diante como se de ventre livre nascesse.—S. João do Piany, 2 de abril de 1888.—Raimundo de Souza Martins. — Joanna Maria Nunes Martins.

« Lançada nesta data no livro de notas, numero 2, fl. 77 e v.—S. João do Piany, 2 de abril de 1888. — O tabellão público—Dio- genes Benicio de Sá.»

Parabéns, portanto, a Febronia e louvores ao capitão Souza Martins e a sua exm.^a consorte.

April—3—1888.

Um amante da liberdade.

NOTICIARIO.

A Epoca.—A propósito do boletim que fizemos distribuir à 24 do passado sobre a reintegração do nosso preso amigo tenente coronel Joaquim D. de Sant'Anna, estranhou a «Epoca» que qualificasssemos do iníquo, imoral e trapaceiro o governo transacto!

A gazeta oficial, ou não fala sério! Em vez de denominar do *irritório e incendiário* o nosso boletim, procederia ella corretamente, concordando connosco que de facto, o governo Cotelipano foi um governo deshonesto, cynico e immoral.

Não foi tardia a notícia, que demos da reintegração do referido nosso amigo Sant'Anna, que d'ella somente soubemos, quando aqui chegou o telegramma, expedido pelo nosso preclaro chefe e amigo o exm.^a sr. Visconde de Paranaú, ao diretorio liberal; pouco importando que essa notícia já tivesse previamente sido transmitida, em termos vagos e duvidosos, não se sabendo a quem, nessa capital.

A folha do governo revela-se por demais ingenua, acreditando na infallibilidade presidencial, para atribuir ao sr. Viveiros de Castro a reintegração do tenente-coronel Santa Anna, pela informação favorável que o exm.^a deu à reclamação do nosso amigo!

Note-se bem que o jovem administrador, segundo somos plenamente informados, o que queria era que fosse agregado o tenente-coronel Santa Anna e ficasse comandando o batalhão o tenente-coronel Manoel da Paz!

Ora, tendo o governo regencial decidido o contrario da informação do presidente da província, mantendo o tenente-coronel Santa Anna no seu posto e comando do batalhão, e mandando agregar o tenente-coronel Paz, é claro que não foi a informação do sr. Viveiros de Castro que determinou a reintegração do nosso amigo, e sim a ministraldo pelo comandante superior o nosso importante amigo coronel João da Cruz e Santos, que deu como fardado, embora ausente, aquelle oficial.

Posta n'este pé, a questão era de direito e de justiça, e não havia governo moralizado, que batesse em reinegrar em seu posto e comando do batalhão ao oficial que d'elles fora despojado por um ministro perseguidor e violento.

Com uma desfaçatez inqualificável, a gazeta conservadora lança a perda da patente do tenente-coronel Santa Anna à conta do nosso presadíssimo amigo coronel João da Cruz, quando esse facto foi davido à informação cavilosa do presidente da província e ao árbitrio e violencia, exercidos por um gaúcho perverso e reacionario.

Eis a verdade do facto.

Reintegração.—Dando notícia aos seus leitores da reintegração do nosso importante amigo tenente-coronel Joaquim Dias de Santa Anna, o «Telephone», ao contrario do que asseríamos em editorial d'esta folha, afirmou que o referido nosso amigo foi reintegrado, e mandado *agregar ao comando superior*, quando o tenente-coronel Manoel da Paz é que foi mandado agregar, segundo se evidencia da comunicação oficial do sr. presidente da província ao comandante superior—o nosso prestimoso amigo coronel João da Cruz e Santos.

Reintegre o tenente-coronel Santa Anna, volto ele a ocupar o seu posto e a comandar o batalhão, como dantes.

Do mesmo modo a informação dada pelo coronel Cruz acerca dos officiares fardados, e não preceções à revista do dia 14 de agosto, não foi larga para uns e nem tacônia para outros, mas igual para todos, como se podrá verificar dos termos da mesma informação, existente no quartel do comando superior, e segundo já demonstramos, à evidência, pelas colunas d'este jornal.

As palavras, pois, do collega envolvem uma injusta censura ao nosso honrado amigo coronel Cruz, que no desempenho d'esse dever, houve-se, como sempre, com boa fé e isenção de espírito.

Dr. Belmonte.—O sr. Silvino Fontenelle, aquelle magnicella imbecil que deixou aqui tão ridícula nomeada, sahio-a seu turno contra o ilustre juiz de direito de Piraíneira. O Boticário quisse para dar a palavra ao toléraria do caminho. Quando chegou a vez de ostentar o sr. Gervasio a sua colera com o discurso nella gravado pelo encuspeito de Juiz Doutor? Esperamos que o homem da tronada venha exhibir-se

também. Venha, porém, ou não, o certo é que com s. s. é que liquidaremos as nossas contas, pois sabemos que esses botins que ganham éraivados em torno do illustre magistrado, cujo nome cunica estas linhas, não são mais do que seus manivelhas, eis que s. s. atira para incomodar a quem não pode, molcasa velho, cravar as rumbadas presas.

O sr. Gervasio já está esquecido da sua chronica? Querera dar nos o trabalho de copiar a d. Durante? Pois será o suficiente, mesmo porque muita gente não conhece essa galante historia. Lhe fazemos o gosto, S. S. fice de refém. Solte os anarros os seus fonteñuelas, nos é indiferente. O negoço é seu.

Tenente coronel Clemente Pires.—Este nosso importante amigo achou de ser abocanhado em um artigo emanado dos lobos da União. Não admira que semelhantes individuos aggredam tão illustre cavalheiro. Basta para odarem-no ser este um cidadão distinto pela sua posição independente, pelas suas qualidades selectas, pela nobreza de seu carácter. Quem não conhece a triste historia desses lobos da União? Alguém, neste jornal, ja a escreveu pintando os horrores dessa caifá de mandões dissolutos, affetos a todos os crimes e vergonhas. Quem não sabe a historia da escrava Archangeia? São esses individuos que ousão pretender mancar o carácter illibado do tenente coronel Clemente Pires, do pude dr. Alvaro, dr. Engenho e tantos outros liberaes importantes da União? Que os nossos amigos se consolem e se dêm por felizes em visarem distanciarlos dessa gente.

Sem efeito.—Fica a ordem de prisão recomendada contra o ex-collector da Regeneração e nosso importante amigo José Melo da Silva Rios, desde que este recolheu ao cofre a importância do alcance em favor da fazenda, segundo se vê do ofício, que se segue:

Juizo municipal da Regeneração "16 de março de 1888.—Ilum.^a exm.^a sr.—Em virtude do ofício de v. exc. datado de 3 de dest' mes, sob n.º 802, ordenando-me em vista da requisição da thezouraria de fazerem os termos do dec. n.º 657, de 3 de dezembro de 1849, que compelisse ao collector das rendas gerais deste município, José Melo da Silva Rios, recoller aos cofres daquela repartição as rendas arrecadadas por elle, nos últimos vinte meses, e remeter igualmente os livros da escrituração a seu cargo; cumpr-e-me em resposta, declarar a v. exc. que deixei de assim o fazer por ter o referido collector, satisfeito aquelle dever, a vista de um ofício de 2 de outubro mez sob n.º 82, que lhe dirigiu o inspecto da thezouraria, ordenando-lhe terminantemente a remessa dos alludidos livros, e o saldo que por ventura existisse em seu poder, relativamente aos exercícios de 1886 a 1887 e o actual.—Deus guarde a v. exc.—Ilum.^a exm.^a sr. dr. Francisco José Viveiros de Castro, digno presidente da província.—O juiz zonal.

Confessa o erro, e o agrava em vez de atenuá-lo, sendo, alias, falsoas as razões, com que se apadrinha.

O seu antecessor nunca vendeu predios nacionaes, nem cobertos de palha, e muito menos de telha. O que elle vendia eram os artefactos e trabalhos das officinas, que havia montado, e funcionavam sob sua fiscalisação. Entre as obras de carpintaria figuram nas receitas, que então produziam as officinas, armazénes de casa, assentamentos de portas e janellas, e outras. ora, se as noções das coisas não estão invertidas, receber o prego stipulado de uma armadura de casa, encomendada não é o mesmo que vender uma propriedade alheia. Foi, entretanto, o que se deu com a suposta casa de telha, que diz o tipo ter o seu antecessor vendido. Quem a recebeu apenas armada, quem a colhe de telhas, e, finalmente, a faz, foi o seu dono. D'água se conclui que o antecessor nenhum nem exemplo lhe deu; e quando desse—um abuso não autorizaria a outro igual.

Nem tão pouco lhe aproveita a ingenuidade de crer que os predios nacionaes, sendo cobertos de palha, podem ser alienados por quem quer que seja, sem prévia autorização do governo!... E de supor que s. s. não publicará pela imprensa doutrinas tão subversivas, que mais o comprometem, do que defendem!...

Quanto a luza que tanta falta fez no sr. Parentes, posso afirmar que, o anno passado, quando aqui veio o exm.^a sr. dr. Jansen Mattes, não dispunha o establecimento senão dos utensílios de mesa indispensáveis ao uso dos educandos e de um empregado interno—sommindo tudo uma dozia de prates, 1/2 de chicaras e pires, 1/2 de talheres, etc; e que o dr. Ricardo para receber aquele presidente, embora de politica adversa, não hesitou em mandar vir à sua custa das casas comerciaes dos srs. tenente-coronel José Gonçalves Ribeiro, do Amarante, e João da Cruz & Irônio, de Theresina, algumas duizas de talheres, e apparelhos de posseilana fina, como bem podem informar aquelles licenciados neogranados, dos quais nem se quer exigio elles a apresentação do projecto Prado.

Boatos.—Lê-se n'uma correspondência da corte para a Província:

«Entre os boatos que se insinham sarratamente nos nossos círculos tem vido o de uma recomposição ministerial, que será efectuada depois de abertas as camaras e apresentado o projecto do governo sobre o elemento servil.

Eis como vai sendo divulgado o tal boato: o Sr. João Alfredo tomará conta da pasta do imperio e o Sr. Costa Pereira da pasta de estrangeiros, substituindo o Sr. Antônio Prado, que deixará o ministerio. Para a passada fazenda indigitou o senador Teixeira Junior, cuja presença no gabinete o presidente conselheiro solicita com a maior instancia, assim como indigitou o Sr. Andrade Figueira, que não duvidará em ser ministro depois da apresentação do projecto Prado.

Veremos em que tão óbstatos.

Colonia.—D'esta localidade escrevemos em data de 23 do passado:

«O facto mais notável do momento, e pelo qual deve começar esta, é a chegada aqui do exm.^a sr. presidente da província e da sua

ilustre comitiva.

Ao inverso do que sempre sucedeu nestes domínios de S. Pedro, onde já uma vez foi recebido o nosso bispo Diocesano com grande alvorço e demonstrações de alegria ao clarão de archeóes e lindanarias, e ao sainfestivo da musica e dos foguetes, e aonde, cada anno, eram os presidentes da província seu distinção de cor politica, cavalheirosa e sympathicamente acolhidos pela directoria do establecimento, que, ultrapassado as formalidades das recepções officiaes, proporcionava-lhes bom agasalho e boa mesa, puro o riso e vacaca, seguido a phrase christiana de Frei Luiz de Souza, desta vez foi s. exc. o dr. Viveiros de Castro quem generalmente hospedou a bordo do vapor Paranaú que, levando s. exc. e seus companheiros o terra afim de mostrar-lhos o Estabelecimento que deu ao mundo.

Assim ficou desde já aplainado que o novo director parecer ter carta branca para estar o tempo que quiser a testa do seu establecimento particular de la, sem cometer perder os vencimentos de director do establecimento público de ea; pois aqui veio na comitiva do presidente, e com este volta hoje para essa capital.

Entretanto, como este sr. possue dentro das fazendas nacionaes ao seu cargo umas 800 cabecas de gado vacuum, esperamos que elle aqui volte e se demore, não por nenhuma motivo de serviço publico, senão pelo interesse de fazer a junta e feria de seus gados a custa da nação, isto é, com o pessoal e cavalos das fazendas do estado! E nem outra causa se pode esperar e de que só se move pelo interesse proprio. E é esta o agente que para aqui veio de emcomenda fazer política donservadora contra o nobre Visconde de Paranaú!!!

Esta deserteza do fabricante de cigarros arreado em director de colonia não passou despercebida aos convivas de s. exc. por quanto, de volta à bordo, e por occasião do

lembrar-se um de meter o caso à bullia, fazendo alusões, que importavam em uma censura ao sr. capitão Honório; so que replicam entre com esta ironia de um effeto comicamente mimitavei: «não admito, senhores, que alguém fatto aqui as atenções devidas ao sr. Parentes nosso illustre hospede!». E nada mais se ouviu, porque os aplausos, a musica, estreptoso hilaridade dos circumstantes cobriram a voz do orador.

Uma caixa com algumas garrafas de cerveja, que trouxe o sr. Parentes, para presentes do presidente, d'aquei voltou intacta, como veio; sem dúvida porque considerou que, financeiramente falando, mais vale pagar fretes de ida e volta de uma caixa d'aqueles.

Outra caixa com algumas garrafas de cerveja, que trouxe o sr. Parentes, onde vai visitar sua illustre familia, o moço distinto, cujo nome encima estas linhas. O dr. Jesuíno Lustosa é uma das mais feudadas e fortes intelligencias da actual geracao academicia. Talento robusto e fecundado por estudos serios a nosso jovem amigo está talhado para um futuro brilhante. Desejamos-lhe boa viagem.

Chegada.—Acha-se entre nós o nosso preso amigo Florencio Gama, a quem affectionamos, estreptoso hilaridade dos circumstantes cobriram a voz do orador.

Entre os muitos cavaleiros que enchem o recente distinguimos os srs. senadores José Bento e visconde de Paranaguá, conde da Estrela, Dr. André Rebouças, deputado provincial Poreciúpolis, barão de Negreira da Gama, Dr. José Avelino, Sebastião Guimaraes e comandador Narvaez,

«A imprensa da corte, como a de Porto-

polis, se fez representar.

«A hora morrada, entraram no recinto os libertandos, em numero de 103, encorpiados e empunhando pequenas bandeiras nacionaes, as som de vivas a familia imperial e ao estorar de uns novos de rojões.

«Pouco depois, a comissão libertadora,

que devia presidir o festa, recebia Suas Altezas Imperiales, os srs. conde e condessa d'

Antonio Alves Pereira, José Borges Pitman e Bonifácio Borges Pimentel.

Nossos cumprimentos.

Para o Maranhão.—Depois de alguns dias de estada entre nós, seguiu homen para S. Philomena, onde vai visitar sua illustre familia, o moço distinto, cujo nome encima estas linhas. O dr. Jesuíno Lustosa é uma das mais feudadas e fortes intelligencias da actual geracao academicia. Talento robusto e fecundado por estudos serios a nosso jovem amigo está talhado para um futuro brilhante. Desejamos-lhe boa viagem.

Outra.—Também chegaram os nossos estimados amigos tenentes Manuel A. Fessôa Antonio Alves Pereira, José Borges Pitman e Bonifácio Borges Pimentel.

Nossos cumprimentos.

Para o Maranhão.—Partiu o nosso dedicado amigo capitão Raymundo A. Marques, a quem desejamos boa viagem.

Para o Maranhão.—Este nosso distinto e ilustrado amigo esteve alguns dias entre nós, regressando no vapor de 4 para sua foz na termo de Picos.

Fiz viagem lhe desejamos.

Br. R. de Carvalho.—Seguiu para a colonia de S. Pedro este nosso illustre amigo.

Parn a Europa.—Partiu da corte o nosso illustre amigo o dr. Ermídio Adolpho Victorio da Costa com sua exm.^a consorte.

Aos distintos viajantes desejamos uma feliz viagem.

Consorcio.—Às 7 horas da noite de 28 do passado teve lugar na igreja de N. S. do Amparo o do nosso preso amigo Horacio d'Oliveira Costa e Silva com a exm.^a sr. d. Rosa Rubin da Costa e Silva, digna irmã do nosso distinto amigo dr. A. Rubin.

As jovens par, nossos parabens.

Outras.—Na corte teve lugar o do nosso distinto amigo dr. José Lustosa da Cunha Pamatog com a exm.^a sr. d. Maria Simurand.

Aos ilustres recente-casados enviamos os nossos parabens.

Colégio de N. S. das Dores.—No dia 1.^o do corrente solenissimo com hincantismo este importante establecimento e seu aniversario, seguindo-se as 8 horas da noite uma soiree, que esteve animada e concorrida. Nessa occasião foi distribuido um numero especial d'A Lucta, dedicado a esse glorioso dia.

Saudando ao colégio de N. S. das Dores, por esse acontecimento, fazemos votos para que continue a prestar bons serviços a moçidade paulhyense.

Edubergas.—Pela exm.^a sr. d. Simphorosa Aurora de Moura foram libertados a 3 do corrente, dia de seu aniversario natalicio, os seus escravos Jordão e Minervina, aquelle com 34 annos de idade e esta com 22. Estes libertados não ficaram sujeitos a onus, e nem a condição alguma. E' digno de louvor este acto de humanidade praticado pelo exm.^a sr. d. Simphorosa.

Mex. Mariano.—Na igreja da N. S. das Dores começou no dia 1.^o do corrente o festejo do meu mariano.

S. Paulo.—Telegramma de S. Paulo diz que o projecto abolicionista do conselheiro Antonio Prado determina que ficará positivamente extinta a escravidão do Brasil no dia 25 de dezembro do corrente anno.

Sra. Alteza Imperial.—Regente receber de Cannes o seguinte telegramma, em resposta à comunicação telegraphica que fizera a S. M. o Imperador, de achar-se livre a cidade de Petropolis:

«Contentíssimo. Tudo bom. Parlo para Genova. Muitas saudades.»

Em alta parte editorial do dia 5 do corrente publicou a Provincia do Rio:

«Pessoas fidalgas nos informa que o Sr. Conselheiro Paulino de Souza, apenas seja apresentado, calculando, de antemão, o golpe profundo que daria no ministerio.